

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 49
Agosto – 2004

S U M Á R I O

2 *Haiti e política externa de Lula: realmente há algo de inovador?*

Virgílio Arraes

4 *Copos, trilhos e moedas: a lógica da política comercial brasileira*

Amâncio Jorge de Oliveira

6 *A negociação cultural na assistência consular: o caso Iruan*

Paulo Antônio Pereira Pinto

9 *Contradições, insuficiências e impasses do movimento anti-globalizador*

Paulo Roberto de Almeida

12 *O Terror Como Espetáculo*

João Paulo Cândia Veiga

15 *Estado palestino: necessidade imediata para a paz e inserção do mundo árabe na ordem política mundial*

José Ribeiro Machado Neto

19 *Um Novo Kerry?*

Cristina Soreanu Pecequilo

23 *Terrorismo islâmico e insegurança internacional: o massacre de Beslan*

Pio Penna Filho

Haiti e política externa de Lula: realmente há algo de inovador?

Virgílio Arraes*

A autodeterminação é um dos mais caros marcos políticos dos países periféricos, especialmente para os formados no processo de descolonização desenvolvido a partir do apoio – às vezes tácito ou mesmo informal – das duas superpotências da época – Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS). Portanto, em boa parte do século XX, em face da proposição de ampliar-se o número de Estados, o exercício da soberania, apesar de relativamente podado no gerir do dia-a-dia das principais potências, seria retoricamente sempre defendido e comprovado, em tese, com a incontestável ampliação do número de países formalmente independentes, visto que membros das Nações Unidas (ONU).

Sem a Guerra Fria, ocorre lenta mudança nesse rumo até mesmo em fóruns internacionais, ao pregar-se a necessidade de constituir exceções à soberania, principalmente se relacionadas à violação coletiva de direitos humanos, sendo consagrado exemplo o genocídio ou 'limpeza étnica'. Como resposta à possibilidade de eventos deste jaez, só a aceitação de um humanismo militar ou intervenção humanitária, executado unilateralmente, se necessário fosse, por um consórcio de grandes potências, a despeito de posicionamento da ONU. Sob a inspiração do ideário neoliberal, há a vontade de estabelecer-se a paz universal, com vistas a garantir a estabilidade das práticas político-econômicas.

Ao longo da última campanha presidencial, o Partido dos Trabalhadores (PT), apesar da timidez em reafirmar seus posicionamentos progressistas, advogava a idéia de democratização dos organismos internacionais, tendo em vista quatro preferencialmente: ONU, FMI (Fundo Monetário Internacional), BM (Banco Mundial) e OMC

(Organização Mundial do Comércio). Ante tal postura, mostrava-se a descrença com a conduta rotineira das instituições multilaterais. No ano seguinte, a partir da visão de que o multilateralismo institucionalizado encontrava-se desgastado, a política externa do governo Lula adotou medida interessante, ao propor, por exemplo, a formação de um grupo de países para observar a situação política da democracia venezuelana, ameaçada por constantes turbulências de setores conservadores.

Praticamente simultânea ao processo anterior, a ida a fóruns internacionais – Porto Alegre e Davos – para expressar a insatisfação brasileira perante a desigualdade estrutural da geração e repartimento das riquezas. Todavia, transcorrido pouco mais de um ano de gestão, Lula definiria seu projeto político para a sociedade: a continuação do cânone do mandato duplo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido da Frente Liberal (PFL), francamente afeitos às diretrizes neoliberais emanadas de organismos internacionais.

Deste modo, a tão exaltada política externa do atual governo distinguir-se-ia apenas por contrastes semânticos se comparada com a anterior: brada contra a desigualdade do comércio internacional, mas encaixa-se, com entusiasmo, na nova divisão internacional do trabalho, ao reconhecer seu papel de agroexportador; invectiva contra a ineficiência de organismos internacionais financeiros, porém, em momento algum, propõe a sua reestruturação administrativa com vistas às questões de pagamento de juros, dívida externa, remessas de lucros, dentre outros; vangloria-se do endurecimento no debate da formação dos padrões a ser estabelecidos na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), contudo

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (iREL-UnB).

subscreveu, em janeiro último, o Documento de Nuevo León da Cúpula Extraordinárias das Américas/ Monterey, no México, que confirma o prazo final das negociações para 2005.

O fim do esquívamento a ditames de grandes potências registra-se por mais duas atitudes: o apoio à presença da aliança anglo-americana no Iraque, em junho, por meio da resolução nº 1.546 do Conselho de Segurança, do qual o país é membro não permanente, e o envio de tropas ao Haiti, sob o nome de Missão de Estabilização das Nações Unidas. O Haiti é considerado o país mais pobre do Ocidente, com taxa de desemprego que beira os 80% e de alfabetização em torno de 50%. No final de fevereiro, Aristide, reeleito em conturbado processo, aceitou a proposta de mediadores internacionais para que fosse mantido o prazo original de seu mandato (2006), mas com redução de seu poder, ao contemplar desígnios da oposição como a participação na escolha do primeiro-ministro. Em face da recusa do acordo pela oposição e da iminência de migração em massa para o território americano, Estados Unidos e Canadá prepararam seus efetivos para chegar ao país em apenas dois dias, a fim de restaurar a ordem pública.

Ao mesmo tempo, as chancelarias franco-americana negociavam a transição do poder, sinalizando o apoio ao 33º golpe de Estado da história do país. No dia 29 de fevereiro, o Conselho de Segurança, em sessão extraordinária, aprovou a Resolução nº 1.529, que, em decorrência da deterioração política do país, autorizava o envio de força militar de paz, em caráter de emergência. Àquela altura, tropas francesas rumavam também ao Haiti. Em março, Aristide estava na República Centro-Africana por ter sido deposto – posição aceita pela União Africana – por Estados Unidos e França, que, por sua vez, asseveraram sua renúncia.

No final de abril, por unanimidade do Conselho de Segurança, estipulou-se a permanência durante 6 meses de forças militares e policiais (contingente em torno de 8 mil homens, dos quais 1200 brasileiros), encabeçadas pelo Brasil em substituição à Força Multilateral Provisória, liderada por França e Estados Unidos, com a participação ainda de Chile e Canadá, que permaneceriam no país. Este é o maior envio de tropas nacionais desde a II Guerra Mundial. Segundo o governo, a participação reiteraria o ideário da política externa brasileira: não intervenção, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, dentre outros. Além do mais, a presença de tropas internacionais teria sido aceita pelos inúmeros grupos políticos haitianos. Consoante o Itamaraty, o ato conjugaria a combinação da ‘não intervenção com a não indiferença’.

O custo inicial em torno de 50 milhões de dólares seria reembolsado, de modo parcial, pela ONU. Para o país, a contrapartida seria o reforço do pleito para garantir assento permanente no Conselho de Segurança, em nome, provavelmente, da América Latina, a despeito de, oficialmente, o Itamaraty não admitir isto. Assim, o Brasil teria mais e mais interesse em engajar-se em missões multilaterais de paz.

Dessarte, em ano e meio, constata-se a transformação da política externa petista, antes das eleições, e a executada à testa do Executivo. Do descrédito do funcionamento dos organismos internacionais, ao clamar pela sua democratização, à aspiração de participar como membro decisor do mais importante deles – o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Observa-se, portanto, a incorporação das mesmas práticas – diplomacia presidencial, assento permanente na ONU, ênfase do comércio internacional, dentre outras – adotadas pela gestão anterior, que são mantidas, por sua vez, nas demais áreas, em especial a econômica.



Copos, trilhos e moedas: a lógica da política comercial brasileira

Amâncio Jorge de Oliveira*

A figura de linguagem sobre copos meio cheios ou meio vazios foi acionada para traduzir os resultados dos últimos lances da Rodada de Doha da OMC, em que foi assinado o *framework* das negociações multilaterais. Competiram versões otimistas de que o copo, como os avanços na área agrícola – particularmente no campo de eliminação de subsídios às exportações –, teria ficado 80% cheio, como visões de que teria ficado 80% vazio e os avanços foram tímidos e incertos.

Percentuais à parte é difícil não nutrir uma dose de otimismo, especialmente tendo-se em vista o fato de que o cenário de um colapso no sistema multilateral de comércio não estava descartado, com conseqüências sérias para o Brasil. Ainda que este otimismo deva ser moderado pois ainda não sabemos se o curso das negociações farão o copo encher, e transbordar para os agronegócios brasileiros, ou se uma pancada protecionista qualquer, do lado europeu ou americano vai jogar o copo longe, com água e tudo.

Mas, mais útil ainda para compreender os resultados de Doha, é resgatar a idéia de trilhos e moedas, figuras que melhor explicam a estratégia coordenada da política comercial brasileira em seus distintos fóruns.

Como é amplamente sabido, como parte do desenho de sua estratégia, a diplomacia brasileira defendeu que todos os três principais fóruns de negociações (OMC, Alca e Mercosul-União Européia) fossem feitos com base no princípio do pacote único (*single-undertaking*). Na medida em que não se tinha clareza sobre quais fóruns andariam, era preciso instaurar mecanismos que garantissem direitos e

obrigações equilibrados intra-fórum, leia-se concessões inter-temáticas que valessem a pena para o Brasil. Fatiar o processo isoladamente em qualquer uma das negociações resultaria em ceder muito por nada (ou quase nada).

Quando, ainda na fase inicial das ofertas de acesso a mercado na Alca (em fevereiro de 2003), os Estados Unidos deram o passo em falso de propor um esquema de bilateralização do processo de negociações da Alca, além de se colocarem irredutíveis quanto a discutir subsídios agrícolas no âmbito regional, o Brasil teve de mudar de estratégia. Neste momento surgiu a estratégia dos 3 trilhos, com a compartimentalização da agenda nos trilhos multilateral (regras de comércio), regional (tema de menor peso) e bilateral (acesso a mercados).

Uma segmentação semelhante aconteceu nas negociações Mercosul-União Européia, com a diferença de que a figura era moedas de troca e bolso único. A União Européia tratou o tema das quotas com um montante absoluto em um bolso único. Ofereceu para o Mercosul um determinado percentual de cotas para uma primeira etapa do processo de liberalização, e o restante a ser distribuído no âmbito multilateral, sem definição da parcela do Mercosul para esta segunda fase. A resposta brasileira foi à altura: segmentar as concessões nas áreas de interesses europeus entre o âmbito regional e Doha.

Vê-se, portanto, que se Doha emperrasse, a estratégia brasileira nas negociações regionais iria à breca. Com os avanços na OMC, a fragmentação desenhada pelo Brasil recupera seu sentido. Qual seja, a de que temas complexos relacionados a regras de comércio (subsídios, anti-dumping, direito da

* Diretor de Pesquisa do Caeni (Centro de Estudos das Negociações Internacionais) e professor do Departamento de Ciência Política da USP.

propriedade intelectual, investimentos etc) sejam tratados na OMC, enquanto que acesso a mercado, como as questões de cotas avancem nos regionais.

É ainda possível que Mercosul-União Européia fique muito esvaziada, e perca seu *appeal*. Os próximos lances dessa reunião estão na iminência de

acontecer. Fato é que o documento assinado de Doha dá nitidez possível à estratégia comercial brasileira. Somado ao sucesso na área de defesa comercial, o momento deve mesmo ser de otimismo. Se os trilhos vão ficar no lugar e as moedas virão para o bolso brasileiro, só o tempo dirá.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

A negociação cultural na assistência consular: o caso Iruan

Paulo Antônio Pereira Pinto*

“Só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente. Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz. Tupi, or not tupi that is the question. Contra todas as catequeses. E contra a mãe dos Gracos. Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago.”

Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade, que nos indica o caminho sempre amigável de aceitar o que nos é estranho sem deixar de transformá-lo em algo mais próximo de nossa personalidade.

Em 12 e 20 de julho passado, lancei, respectivamente, em Porto Alegre e Rio de Janeiro, meu livro “Iruan nas Reinações Asiáticas”, publicado pela Editora AGE.

Conforme já mencionado em coluna anterior, o caso Iruan colocou-me diante de situação em que, durante quase três anos, enquanto lhe prestava assistência consular em Taiwan, buscava tornar o processo de resgate do menino em diálogo entre duas culturas.

No processo de negociação para seu retorno a nosso País, cabia-me, por um lado, perante a sociedade brasileira, situar a retenção do menino no contexto do “jeito asiático”, e, por outro, explicar aos taiwaneses nossa visão do problema, à luz do “jeito brasileiro”.

Era, sem dúvida, um exercício digno da antropofagia defendida por Oswald de Andrade. Isto é, tratava-se de “digerir” características locais e devolvê-las ao distinto público da ilha, na forma de discursos e gestos, demonstrando a tolerância possível – com um “jeito” que apenas nossa cultura tropical seria capaz de fazer, sempre sem permitir que as tratativas emperrassem de vez.

É sobre essa negociação cultural que trato no livro, lembrando o exercício de intermediação do

diálogo entre o “jeito asiático” e a maneira de ser brasileira, opondo uma visão em que predomina o interesse de um grupo social, a uma perspectiva do direito de cada cidadão.

Conto com a possibilidade de que a narrativa da experiência da negociação do caso, que, em sua essência, dizia respeito a questão civil, entre uma família gaúcha e outra do Sul de Taiwan, possa contribuir, também, para a reflexão sobre as formas de conduzir, por exemplo, entendimentos nos campos comercial e político com o “universo chinês”. Isto porque, mesmo apresentando características locais próprias, os taiwaneses compartilham da identidade cultural chinesa.

Nessa perspectiva, cabia-me, por um lado, a articulação de diferentes iniciativas da parte brasileira, junto a setores da sociedade taiwanesa, quanto à necessidade do retorno de Iruan ao Brasil. Por outro, cumpria explicar porque o guri não podia voltar rapidamente, conforme era o desejo dos parentes e sociedade gaúchos. Tal esforço de convencimento de interlocutores diversos proporcionou aprendizados, que poderiam merecer registro.

Verifica-se, por exemplo, a necessidade do entendimento de que, no processo de negociação com chineses, desde o início, cabe distinguir entre

* Diplomata de carreira e já serviu por mais de dezesseis anos na região da Ásia-Pacífico, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura e Manila, em missões permanentes, e Xangai e Jacarta, provisoriamente. Em setembro de 1994 foi o coordenador da primeira missão acadêmica brasileira que visitou Cingapura, Pequim e Hong Kong. Atualmente é o Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Taiwan. As opiniões expressas neste artigo são exclusivamente as de seu autor.

um enunciado e um compromisso. Há, então, um esforço permanente para estabelecer sucessivas “novas cenas de partida”, buscando superar qualquer vitória que o interlocutor tenha obtido, empurrando a discussão para um patamar seguinte, em que novo consenso lhes seja favorável. Um exercício criativo de linguagem é, assim, colocado em prática. O que significa, realmente, o “que foi acordado”, é com frequência algo inesperado e difícil de ser estabelecido, pela “mente ocidental”.

Assim, é necessário perceber, em primeiro lugar, que um negociador chinês, com frequência utilizará palavras de seu interlocutor para encurralá-lo em determinada posição ou levá-lo a concessões. Daí, por exemplo, minha determinação, conforme narrado no livro em questão, de manter, como “cena de partida”, com respeito ao caso Iruan, o fato de que a retenção do menino brasileiro aqui, havia sido, após a morte do pai, ilegal e uma violação de direitos básicos de uma criança.

Em segundo lugar é conveniente considerar o que os chineses chamam de “face”, no sentido de que não se pode menosprezar, seja pública ou privadamente, as aparências ou “status” social do negociador. Dessa forma, durante todo o processo de assistência consular, por um lado, sempre exaltei o cuidado e carinho com que a família taiwanesa cuidava do menino. Estabelecia, nessa perspectiva, um elevado patamar a ser esperado do comportamento do clã local, no momento da entrega do garoto – o que, ademais, no final, não aconteceu.

Por outro, tinha a preocupação de reiterar, sempre, que confiava em que, em Taiwan, existe “respeito à lei e à ordem”. Isto é, deixava claro que não poderia aceitar nada menos do que o cumprimento da decisão judicial, uma vez terminado o processo.

Em contrapartida, tanto a família, quanto as autoridades taiwanesas, concediam-me tratamento de respeito – mesmo não havendo relações diplomáticas, nem consulares, entre nosso País e a ilha. Deixavam claro, assim, que esperavam de mim um comportamento dentro dos parâmetros vigentes

para a atuação de um representante estrangeiro, sem interferência nos assuntos internos da sociedade que o recebe.

Cabe observar, ainda, que negociadores chineses buscam colocar o adversário em situações de tomadas de decisão sob pressão permanente, se possível do tipo “pegar ou largar”, para, em seguida, adotar nova postura, com indicação de que, na verdade, não atribuíam tanta importância à exigência que haviam acabado de fazer.

Em 12 de fevereiro de 2004, com a chegada a Porto Alegre, encerrou-se processo de quase três anos, enquanto a sociedade taiwanesa travou um debate interno sobre se desejava, diante do caso do menino, aparecer como moderna, respeitadora de suas próprias leis e de direitos humanos internacionalmente reconhecidos ou se preferiria aderir a tradições em descompasso com valores que caracterizam um mundo globalizado, onde o indivíduo é cada vez mais respeitado em todas dimensões.

Durante o acompanhamento do processo judicial, enquanto articulava a negociação cultural na assistência consular para o retorno de Iruan, tive em mente que, no Brasil – em comparação com certas nações cuja história é carregada de fortes nacionalismos – temos recebido bem pessoas de diferentes raças e culturas e aceito, com naturalidade, suas diferentes formas de ser. Temos, facilmente, incorporado hábitos e palavras de diferentes culturas. A capacidade “antropofágica” é, sem dúvida, um orgulho nacional.

Em outras sociedades, como a taiwanesa, existem contradições ainda não superadas, como o conflito entre as expectativas de setores mais conservadores – que buscam preservar tradições que implicam em reter um menino de então cinco anos, pelo fato de que, mais tarde, se tornaria um reprodutor de seu clã – e uma parcela de pessoas mais esclarecidas – que entendem que uma criança conta com direitos individuais que devem ser respeitados.

Cabe registrar, também, que, em diferentes momentos de contato com Iruan, o garoto recorreu

à bola, seja em desenho, seja para, ao chutá-la, expressar que se sentia diferente dos locais, que não incorporaram o futebol a sua cultura. A bola de futebol fora, assim, o elo cultural que ligava Iruan ao Brasil.

De acordo com uma psicóloga taiwanesa, Professora Nicole Kuo Lai-Fu, que analisou seu caso, o guri buscava, então, expressar “um círculo em que, em seu subconsciente, estariam guardadas imagens de lembranças favoráveis do Brasil. Dessa forma, chama atenção e pede a compreensão de que tem saudades do País. Expressa o desejo de que um dia possa retornar ao Brasil e rever o futebol. Este sonho ou ansiedade quanto à volta, está envolto pelo grande círculo (bola) significando o cerceamento ou restrição a tal satisfação”.

Em 12 de julho passado, data de seu nono aniversário, tive oportunidade de reencontrar o guri, cinco meses após tê-lo entregue à avó materna, já

perfeitamente readaptado à vida em Canoas, Rio Grande do Sul, e cercado pelo carinho da “vó” Rosa, irmão, tios e primos. Pela primeira vez, tive a alegria de ouvi-lo falar português. Sempre que o visitara no casa dos tios locais ou no colégio taiwanês, ele se recusara a conversar em nossa língua.

Esperemos que, enquanto retoma sua identidade gaúcha, Iruan preserve o aprendizado da língua chinesa e hábitos comunitários adquiridos aqui, tornando-se um cidadão capaz de representar síntese entre o jeito asiático e a maneira brasileira de ser. Assim, as bolas que vier a desenhar significarão, doravante, o sucesso da negociação cultural aqui iniciada.

Esclareço, finalmente, que os direitos autorais da edição do livro sobre o acompanhamento do caso de menino brasileiro em Taiwan serão doados a instituição que abriga crianças e adolescentes, na cidade de Canoas, onde vive o guri.



O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Contradições, insuficiências e impasses do movimento anti-globalizador

Paulo Roberto de Almeida*

Não é fácil debater com o pessoal da anti-globalização, a começar pelo fato de que não se consegue saber direito o que eles pensam sobre os temas da globalização e o quê, exatamente, pretendem colocar no “lugar” desse processo. Por mais que eu tenha me esforçado na busca, navegando de site em site, de documento em documento, encontrei poucas propostas concretas desse movimento, nenhuma sistematização que contivesse as principais idéias, se alguma, sobre a “globalização realmente existente” e esse “outro mundo possível”. Slogans à parte, a consistência analítica desses “escritos” é deficiente, para dizer o mínimo, e sua adequação aos dados da realidade é inexistente.

Para dizer a verdade, existem inúmeros documentos, geralmente de caráter retórico, conclamando a manifestações antes e durante as datas e locais dos encontros oficiais da assim chamada globalização capitalista: o Fórum Econômico Mundial de Davos, em primeiro lugar, obviamente, considerado a *bête noire* do processo (mas agora que eles têm o seu próprio foro, Davos foi relegado a uma posição secundária), mas também as reuniões do FMI e do Banco Mundial, da OMC, da Alca, e até da UE e da UNCTAD. O tom geral é de indignação, de revolta, mas um exame ponderado dos fatos, que é o mínimo que se requer de qualquer trabalho universitário digno de nota (no sentido de pontuação, mesmo), é algo raro, senão inexistente nos textos da anti. Como, nessas circunstâncias, debater com o movimento?: seria preciso antes dispor da matéria-prima essencial a qualquer debate: idéias sistematizadas, claramente expostas, método.

Não só não é fácil, como na verdade não é permitido debater com esse pessoal, na medida em que, pelas próprias regras estatutárias dos anti, só participam dos encontros do Fórum Social Mundial –

o arauto *le plus en vue* da anti-globalização (junto com a ATTAC e outros foros menores) – aqueles movimentos e entidades da sociedade civil que se declaram de acordo com sua Carta de Princípios. Ou seja, não é permitido ser a favor da globalização, ainda que eles o sejam, na prática, ao usarem e abusarem de todas as facilidades permitidas pela globalização para se informar, se reunir e debater. Qualquer outra pessoa física ou movimento, todavia, só pode participar se declarar-se a favor de um documento extremamente vago em seu conteúdo e definições.

Alguém que seja um anti da anti, como eu mesmo, não apenas está sumariamente excluído, *ab initio*, como jamais será cogitado para comparecer em algum foro. Registro aqui, *ipsis litteris*, o que figura nos procedimentos do FSM: “Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos da Carta de Princípios.” Para participar, portanto, é preciso primeiro comprometer-se com posições dos próprios organizadores, o que não apenas configura um reducionismo absurdo, um verdadeiro cerceamento à liberdade de expressão, como também uma manifestação brutal de “pensamento único”, que eles dizem condenar.

Essa cláusula de participação restrita contradiz, portanto, o primeiro princípio do FSM, que afirma ser ele “um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências...”, já que só se pode participar sendo a favor das idéias do movimento. E quais são essas idéias? Na verdade, muito poucas, e que já vem consignadas no seguimento desse primeiro princípio acima transcrito: o FSM visa “...a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao

* Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor.

domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo...”; isto pelo lado negativo. Pelo lado positivo, continua o texto: as entidades participantes “estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra”.

Se eu fosse impaciente, eu diria: *so what?*, só isso? De fato é muito pouco para definir um vasto movimento que mobiliza centenas de milhares de pessoas, talvez milhões, em todo o planeta, e que se propõe a grandiosa tarefa de mudar esse mesmo planeta (não esqueçamos a “sociedade planetária”). Mas o 4º princípio – numa carta que alterna, de forma algo anárquica, procedimentos, regras e definições – vai um pouco mais adiante: “As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.”

Aqui chegamos um pouco mais perto do que seriam as propostas propositivas – com perdão pela redundância – do movimento. Para minha frustração, no entanto, não encontrei alternativas dignas desse nome, ou pelo menos não de forma sistemática e organizada, de maneira a permitir um diálogo racional com essas “alternativas”. Existem dezenas, provavelmente centenas, de documentos, na “Biblioteca das Alternativas”, mas, à diferença das bibliotecas normais, a dos anti não está classificada, não possui seções, nem “fichas catalográficas” que nos habilitem conhecer as idéias, as propostas e as alternativas apresentadas pelo movimento. Figuram nela tão somente os títulos e a indicação da língua em que se encontram os documentos: percorri vários, muitos deles e, com pesar, recolhi apenas uma sensação de *déjà vu again*.

De 2001 até os dias que correm, esses documentos são monotamente repetitivos: eles condenam sempre, em termos ásperos, a globalização capitalista, conclamam à mobilização ativa contra as reuniões das organizações internacionais que supostamente pretendem facilitá-la – aquelas mesmas já mencionadas – e terminam pelas promessas de sempre: os anti-globalizadores, por ocasião dos seus próprios encontros, “não vêm manifestar, nem protestar, mas sugerir correções e propor soluções para que, finalmente, de fato, um outro mundo seja possível” (“Anti-globalização”, Ignacio Ramonet, do *Le Monde Diplomatique*, da ATTAC francesa e um dos “papas” do movimento, em texto de 4.09.2002). Busquei, em vários outros documentos, essas soluções, essas “correções” prometidas, mas confesso minha frustração: não encontrei nada digno desse nome.

Não que não existam propostas ou “idéias” a respeito da globalização, ou sobre como ela poderia ser mais humana, solidária, economicamente equitativa, socialmente justa e ecologicamente responsável. Mas é que, em minha análise, as propostas ou alternativas à globalização apresentadas pelos anti me parecem desumanas, muito pouco solidárias, economicamente desastrosas, socialmente catastróficas e ecologicamente poéticas, mas insustentáveis no plano prático. Talvez eu esteja sendo apressado demais, ao condenar as alternativas anti-globalizadoras, mas esta é a sensação que me deixou a leitura de praticamente todos os documentos do site www.forumsocialmundial.org.br.

Para ser honesto, comigo mesmo e com os representantes da anti, existe sim uma condição geral para que essa globalização deixe de ser tudo aquilo que ela aparenta ser, aos olhos dos anti: que ela deixe de ser capitalista. Isto, pelo menos, é o que eu deduzo do 11º princípio da Carta de Princípios, que define o fórum como sendo “um movimento de idéias que estimula a reflexão, e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e superação dessa dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os

problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente está criando, internacionalmente e no interior dos países". Em outros termos, se a dominação do capital fosse eliminada, metade (ou pelo menos grande parte) dos problemas da humanidade estaria resolvida.

Ou muito me engano, ou a reflexão não vem sendo muito estimulada nesses encontros, já que não consigo atinar como se pretende eliminar um dos mais poderosos fatores de produção criados com o processo civilizatório, desde a revolução agrícola: o capital (ou talvez mesmo desde o paleolítico inferior, uma vez que armas de pedra ou de madeira são uma forma de "capital"). Seriam os anti-globalizadores astronautas? São eles de outro planeta, ainda não tocado pelo modo de produção capitalista? Acredito que não, o que nos deixaria uma única conclusão: eles são simplesmente anti-capitalistas, o que tampouco é consenso entre eles. Com efeito, muitos proclamam não ser contra o modo de produção capitalista, apenas pretendendo melhorar o seu funcionamento.

De fato, ao ler os documentos da "Biblioteca das Alternativas", constatei que alguns ostentam um anti-capitalismo visceral, ao passo que outros são apenas levemente anti-capitalistas. Seriam os anti-globalizadores marxistas, socialistas ou de alguma forma pessoas de esquerda? Difícilmente, pois nada existe de mais anti-marxista e de anti-socialista do que o pensamento nacionalista, chauvinista ou contrário ao saudável internacionalismo proclamado pelo autor do *Manifesto Comunista* e d'*O Capital*. Marx proclamava, antes de mais nada, as virtudes do capital enquanto redutor das diferenças entre sociedades, em suas diversas etapas de desenvolvimento: ele pretendia que o capital unificasse rapidamente as forças produtivas e as relações de produção nos cantos mais recuados do planeta para que o exército dos proletários pudesse, finalmente, não recusar o capitalismo, mas sim superá-lo a partir de seu acabamento enquanto modo de produção, cedendo lugar a uma etapa superior de organização social da produção. Mas isto

eu não preciso lembrar, pois que constitui o "beabá" de qualquer marxista digno desse nome.

O que me surpreende, apenas e tão somente, é que, ao constatar a presença de vários "marmanjos" marxistas no movimento – com isso eu quero me referir aos mais velhos, que ainda leram Marx, já que os mais novos parecem simplesmente ignorar as obras do velho barbudo –, eles não tenham atinado para a existência dessa "contradição insuperável" em seu seio: um marxista consequente deveria estar lutando em favor de mais, não de menos, globalização, pois apenas ela é capaz de trazer para mais perto de nós o dia da derrocada final do capitalismo e sua superação pelo socialismo.

A posição da anti-globalização não é, portanto, marxista ou sequer socialista. O que de fato transparece nos muitos documentos compilados, como indicado no já citado 4º princípio, é um posicionamento dos anti contra o "processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais". Ou seja, o mal absoluto são as grandes empresas multinacionais, e quem não se posicionar contra elas fica proibido, portanto, de freqüentar os encontros do movimento.

No longo prazo, esse posicionamento pode representar uma contradição nos termos, na medida em que o movimento anti-globalizador já se transformou, de fato, em uma grande corporação multinacional, com representação em quase todos os países e com várias "instituições internacionais a serviço de seus interesses". Assim, se ele, por acaso, numa hipótese não de todo irrealizável, conquistar governos – como parece que já conseguiu convencer alguns e dispõe de muitos aliados em outros, inclusive perto de nós –, ele se tornará uma força irresistível, capaz de mudar de verdade a face do planeta. Apenas não sei se para melhor.

Paulo Roberto de Almeida
(pralmeida@mac.com; www.pralmeida.org);
Brasília, 1297: 5 de julho de 2004.

O Terror Como Espetáculo

João Paulo Cândia Veiga*

“Os guerreiros suicidas que atacaram Washington e Nova Iorque em 11 de setembro de 2001 fizeram mais do que matar milhares de civis e demolir o World Trade Center. Eles destruíram o mito dominador do Ocidente”.

John Gray,

“Al-Qaeda – e o que significa ser moderno”, Editora Record, 2004

Passados três anos desde o 11/09, começa a fazer mais sentido o enorme quebra cabeças que se montou a partir das análises e estudos que emergiram sobre o fenômeno do terrorismo. A brutalidade da violência foi de tal ordem que é preciso alguns anos até que as perguntas suscitadas pela queda das torres possam, ao menos, ser organizadas a partir do conhecimento prévio que se tem sobre o assunto. Não é preciso dizer que o sentimento de perplexidade geral ainda permanece intacto, haja vista a seqüência de ações terroristas que se sucederam: Bali, Madri e Ossétia do Norte, para ficar apenas naqueles casos de maior repercussão internacional.

Há três ordens de considerações que ajudam a organizar o debate acerca do terrorismo pós 11/09. Em primeiro lugar, há uma discussão que vincula o terrorismo às mudanças por que vem passando o sistema internacional desde o final da Guerra Fria. Nessa perspectiva, uma das indagações mais importantes é como o fenômeno do terrorismo, no âmbito das relações internacionais, impacta o sistema constituído por Estados soberanos. Dessa forma, abrem-se várias perspectivas analíticas como o papel da segurança na relação entre os Estados, a perspectiva doméstica das Relações Internacionais com a ameaça aos direitos civis nos EUA e na Rússia, entre outras abordagens.

Em segundo lugar, a discussão sobre o terrorismo desenvolve-se a partir de uma perspectiva

“culturalista” que articula o fenômeno à identidade e aos valores de padrões culturais dominantes. Nesse caso, há um claro recorte de natureza religiosa que identifica o 11/09 como obra de grupos que se utilizam da violência, e definem o seu *Ethos* no âmbito do fundamentalismo islâmico. Dessa forma, o “novo” terrorismo manifesta-se como um choque de valores, da identidade e dos princípios ocidentais, a la Huntington. Sabe-se que uma das fragilidades da análise deste autor está precisamente em não deixar qualquer possibilidade de comunicação (e de mudança) entre os “blocos” culturais que passam a ser tão impenetráveis quanto incompreensíveis um para outro. Daí para enxergar o 11/09 como a manifestação da barbárie e do atraso, de grupos que pregam valores e idéias oriundas do mundo medial, é apenas um pulo.

Por último, pergunta-se acerca da novidade do 11/09. Essa é uma discussão que busca entender o terrorismo em si mesmo, sem o recorte culturalista ou na relação com o sistema internacional. De fato, há algo de novo nos ataques às torres e ao pentágono, considerando-se a história do terrorismo?

Esse texto desenvolve, sucintamente, algumas variáveis para pensar se o terrorismo pós 11/09 apresenta, efetivamente, alguma novidade em relação ao repertório de ações, grupos e ideologias, de direita e de esquerda, que alimentaram o terrorismo desde o final do século XIX, para ficarmos apenas no período mais recente.

* Diretor de Projetos do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (CAENI) e Coordenador do Instituto Observatório Social em São Paulo.

Nessa perspectiva, há quatro variáveis, derivadas uma da outra, que poderiam confirmar a novidade do 11/09. Evidentemente, essas são questões em aberto, o texto não procura uma explicação possível mas apenas organiza as variáveis que condicionam o nosso objeto de discussão. São elas a 1. relação entre meios e fins, tema clássico da Política, 2. a questão da organização da Al Qaeda, 3. O problema relativo à amplitude geográfica das ações, e 4. a dimensão simbólica global do evento que parte dos grupos terroristas parece estimulado a buscar.

A limitação geográfica é a mais convincente mas a menos importante das quatro. Enquanto os grupos tradicionalmente reconhecidos como terroristas, como o IRA, o ETA, o Hezbollah e a Jiha Islâmica sempre pautaram suas ações por alvos localizados regionalmente, isto é, o fenômeno está ligado a um conflito de dimensões locais (árabe-israelense, país Basco, Irlanda do Norte, etc.), o 11/09 é um evento efetivamente global. Foi realizado dentro da casa do "inimigo", planejado com inteligência militar, e fez-se uso de armamento "leve" ou praticamente inexistente.

Essas características estão, obviamente, vinculadas à forma de organização terrorista. Aparentemente, o fato de ação praticada ter sido preparada na casa do "inimigo" sugere que o Al Qaeda seja, na realidade, algo realmente intangível, sem domicílio político claro. A "Base", a tradução literal da expressão árabe que dá nome ao grupo, poderia ter o nome de a "Rede" ou um networking de vínculos entre grupos dispersos, de matizes políticas e ideológicas eventualmente bastante distintas. Nesse aspecto, o "novo" terrorismo é mesmo filhote da globalização porque beneficia-se da tecnologia da informação como arma invisível e difusa para praticar suas ações.

Sugiro que o aspecto mais instigante, do ponto de vista da reflexão, é o fato do 11/09 não apresentar um vínculo muito forte entre os meios empregados e os fins desejados, raciocínio típico da ação política. Grupos terroristas tradicionais se utilizam, muitas vezes com precisão cirúrgica, de ações com objetivos muito claros, e resultados também palpáveis. A ação

espetacular, o uso de aeronaves civis, a simbologia que envolve as duas torres, e a ação sobre o pentágono são todos eventos "grandes demais" para parecerem verdadeiros. Como foi dito após os atentados, nenhum roteirista de Hollywood teria imaginado um argumento desses. Essa característica do 11/09 de ser "bigger than life" alimenta a mitologia de que o Ocidente não é inexpugnável e que pode ser alvejado de "dentro para fora". Nesse aspecto, sem dúvida, um limite foi ultrapassado pelo grupo de Osama Bin Laden.

É verdade que podemos colocar na conta da Al Qaeda a mudança no resultado das eleições espanholas depois do atentado de Madri em março de 2004. Mesmo que não fosse esperado, é plausível imaginar que a Al Qaeda instrumentalize o terror para também obter resultados políticos precisos com suas ações. Na realidade, não quero sugerir que o 11/09 tem efeito apenas simbólico. Ao contrário, a idéia central é a de que os atentados elevaram os efeitos políticos do terror a um outro patamar.

O vínculo entre meios e fins certamente existe mas ele é muito mais difuso e ambíguo. Nesse sentido, podemos acreditar em Osama Bin Laden quando diz que a queda das torres vingou a expulsão dos árabes da Andaluzia em 1492. O nexos causal entre os dois eventos não é uma insanidade, se levada a sério, nem uma ironia para jogar poeira nos olhos dos analistas.

Essa suposta dissociação entre a violência empregada na ação e os fins almejados está no cerne de uma suposta "novidade" contida no 11/09. Na verdade, a Al Qaeda subverteu a dimensão teatral da ação Política, presente desde a antiguidade: a política como teatro deu lugar ao horror como espetáculo. Nesse caso, o palco é o próprio mundo e a peça se desenrola a partir dos constrangimentos impostos pelo mercado e pela instabilidade decorrente da condição "solitária" dos EUA como potência militar unipolar. A "solidão" é resultado da contradição entre o potencial de poder como força e as condições materiais e ideológicas para o exercício da hegemonia decorrente desta condição. Em resumo, os EUA têm em mãos o potencial para colocar em uso o poder militar

disponível mas não consegue a legitimidade para o seu exercício. Além disso, outros aspectos relativos à hegemonia, como o “soft power”, encontra cada vez maior resistência de parte de países que se sentem ameaçados pelo poderio norte-americano.

De fato, o 11/09 não tem um objetivo político preciso, direcionado à consternação de uma audiência determinada étnica ou geograficamente. O objetivo é simbólico, ele fere as entranhas da matriz cultural civilizatória ocidental ao enfraquecer a confiança geral acerca de valores como a liberdade, o direito à vida, etc. Ele é um apelo visceral à reflexão sobre a morte súbita e ao risco permanente de uma ruptura.

Esses elementos só ganham essa dimensão global em razão de outro ingrediente fundamental que maximiza o choque e o mal estar geral: a mídia. Esse é o mecanismo que subverte a relação entre meios e fins e que maximiza o fenômeno como um espetáculo de dimensões épicas. Só a ameaça de uma guerra nuclear, no período da Guerra Fria, havia provocado tal sensação de pânico. Ainda assim, foram em situações limite como a crise dos Mísseis de Cuba.

É por essa razão que o terrorismo deve continuar sendo um fenômeno quase totalmente incompreendido. Ele não tem domicílio, não tem rosto, aparece como a manifestação da violência vazia, sem sentido e, ao mesmo tempo, mais brutal e chocante. Nesse aspecto, um ataque alienígena à terra, na melhor tradição de Hollywood, e o 11/09, têm quase o mesmo efeito cognitivo. A perplexidade permanece a reação dominante.

As duas torres já haviam suportado o peso de King Kong na segunda versão do filme em 1976 (Na primeira, lançada em 1933, o macaco pendurava-se no Empire State Building.). A natureza bestial do macaco, aprisionada pelo Homem, é finalmente vencida pela tecnologia e pelo conhecimento. Nada mais enganoso do que comparar a Al Qaeda às forças da natureza. Osama Bin Laden conseguiu fazer um filme de terror a partir de uma idéia muito próxima a todos nós. Essa é a fonte do desconforto geral com o 11/09. Isso não significa que todas as ações terroristas trarão, necessariamente, esse elemento. Contudo, a novidade é a de que o limite foi ultrapassado.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2004 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Estado palestino: necessidade imediata para a paz e inserção do mundo árabe na ordem política mundial

José Ribeiro Machado Neto*

A aprovação do plano de partilha da Palestina, proposto pelo Comitê de Investigação em setembro de 1947 permitiu a criação dos Estados de Israel e da Palestina, através da Assembléia Geral das Nações Unidas presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha em 29 de novembro de 1947. A Resolução 181 da ONU que definiu a partilha transformou a cidade de Jerusalém num *corpus separatum* e permitiu que o *establishment sionista* triunfasse e, além disso, que o Estado judeu fosse finalmente recompensado pelas agressões dos seculares *pogrons* e, principalmente, pelo horror do recente holocausto.

Pela partilha, a Palestina, cuja extensão territorial não ultrapassava 25.000 Km², foi dividida em sete áreas, sendo três destinadas aos judeus, correspondentes a 56% do território, três destinadas aos palestinos, equivalentes a 43% de toda extensão e Jerusalém, com algumas aldeias próximas, totalizando 1% restante. Nessa época, os judeus apenas representavam 35% da população total da região e, em menos de dois anos depois, após o término do mandato britânico, passariam a dominar 77% da Palestina.

A divisão não foi aceita pelos palestinos e nem pelos países árabes, dando início a um ciclo de guerras, desde 1947 até os nossos dias, caracterizado por uma geopolítica de confrontos entre um aglomerado de Estados árabes semifeudais e autoritários e um novo Estado de segurança nacional, cuja performance – distanciada da prevista por Hobbes e Herzl – tornasse-se egocêntrica, verticalizada, mas protegida pelo Ocidente. Notabilizando-se segundo Soares por ser uma constante estratégia ideológica e, também, coerente e cooperativa. Mais tarde, com assento na

ONU, seria transformado no principal ponto de apoio contra a expansão soviética no Oriente Médio.

Aos árabes, incluindo os palestinos, foi designada a área constituída pela Cisjordânia e a Faixa de Gaza, no total de 10.750 Km², que formariam o Estado árabe. Este, com duas faixas de terras descontínuas, situava-se entre o Egito e a Jordânia, alcançava o Líbano, isolando o Estado judeu da Síria. A descontinuidade geográfica do Estado árabe, além de não contribuir para a necessária união entre seus habitantes, favoreceu o Estado judeu que incorporaria, através da compra de grandes extensões de terras, partes da Faixa de Gaza, bem como da Cisjordânia, no centro e no Norte, na fronteira com o Líbano.

O Estado de Israel foi oficialmente proclamado em 14 de maio de 1948, poucas horas antes do término do mandato britânico na Palestina. Coincidentemente, no mesmo dia em que, com voto favorável do Brasil, a II Sessão Extraordinária da Assembléia Geral da ONU aprovara a Resolução 186 que autorizava a nomeação de um mediador para tentar conciliar os interesses árabes e judeus. No dia seguinte, 15 de maio, após a retirada dos britânicos, a Palestina foi invadida por tropas de países árabes vizinhos hostis à partilha, cujos conflitos se estenderiam até novembro de 1947. Esse período, denominado de *Guerra de Independência*, permitiu ao Estado de Israel a incorporação de 37% das terras destinadas aos palestinos, cujo êxodo inicial para os países vizinhos situou-se próximo de 650 mil, enfraquecendo de diversas maneiras a causa palestina.

A expansão do território judeu, antes do conflito de 1967, deu-se pela compra de largas propriedades

* Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e professor de Formação Política e Econômica da América Latina, Formação Política e Econômica do Brasil, Coordenador do Núcleo de Meio Ambiente e Relações Internacionais (NEMARI) e membro do Conselho Editorial da revista UNIVERSA, na Universidade Católica de Brasília.

e pelo êxodo palestino levado a cabo pela intimidação e ou pela coerção das armas. Os judeus, pela coesão natural, levaram séria vantagem, pois incorporariam ao novo Estado novas extensões de terras, tornando-as estratégicas para a fixação de suas fronteiras, principalmente as setentrionais com o Líbano e Síria e as meridionais com o Egito e a leste com a Jordânia. Dessa forma, além de delinearem seus limites territoriais, garantiriam a estratégica saída para o Mar Vermelho através do Golfo de Ácaba.

A venda de grandes faixas de terras pelos árabes, nem sempre residentes na Palestina, aos judeus recém emigrados da Europa e América demonstrava sobremaneira a superioridade econômica dos sionistas. Permitiu, inclusive, que, ao lado do sionismo, o judaísmo retratasse não somente sua particular hegemonia do capital, mas também uma outra forma de domínio particular das burguesias européias, a do monopólio das idéias. Transladada para a Palestina a *intelligentzia judia* permitiu com êxito a formação das estruturas do *lar nacional* judeu, idealizado por Herzl, Balfour e Churchill. Conseqüentemente tornou os palestinos refugiados em seu próprio território uma categoria singular segundo Kuperman, além de contribuir para a expansão do anti-semitismo no mundo, uma forma de *apartheid* no Oriente Médio, situado no início da Guerra Fria.

A perda continuada de extensões de propriedades serviu para enfraquecer a riqueza palestina e, além disso, a sua unidade e o elenco de condições de sobrevivência da etnia, pois os agricultores palestinos exilaram-se gradualmente, transferindo, inclusive, para os judeus valores civilizatórios. A conseqüência não foi, portanto, somente econômica, mas política, ao distanciar a concretização da idéia inicial do Estado árabe na Palestina, favorecendo cada vez mais o fortalecimento do Estado de Israel. Independentemente do crescimento paralelo de rejeições no contexto da ONU – na maioria das vezes apoiado pela ex-URSS e países do Leste europeu – à expansão israelense adicionavam-se os aportes financeiros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), como uma bandeira

à causa árabe-palestina, porém, sem favorecer ou nortear o caminho para o seu desiderato.

O engrandecimento territorial israelense acatado quase em silêncio pelo Ocidente espalhou os palestinos pelos diversos países árabes, especialmente na Jordânia e Egito. A eclosão no chauvinismo árabe de Nasser, que favorecido pela recusa dos EUA e Inglaterra em financiar o projeto de Assuã decidiu, em represaria, nacionalizar o Canal de Suez. A medida, além de provocar o Ocidente atingira também Israel ao bloquear sua navegação. Por conseguinte, os franceses, ingleses e americanos manifestavam descontentamento não somente com o novo regime egípcio, mas também, com a maneira como os demais países árabes eram insuflados contra a influência do Ocidente na região e, principalmente, a salvaguarda americana ao Estado de Israel.

Em 1956 ocorreu a nacionalização do canal de Suez por Nasser, que causaria uma nova guerra entre árabes e israelenses. Israel, apoiado pela França e Inglaterra obteve expressivas vitórias sobre o Egito, interrompidas, entretanto, por determinação do Conselho de Segurança da ONU, não obstante o poder de veto da França e Inglaterra, que, com assentos no CSO, tiveram suas pretensões expansionistas no Oriente Médio interrompidas. A essa guerra de conquista credita-se a idéia do fortalecimento necessário de Israel e da acomodação do mundo árabe em seus territórios, desacreditando-se, conseqüentemente, a sua capacidade de inserção na gestão internacional. Nesse ponto de vista, foi incluída, sem dúvida, a auto governança palestina.

A Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967, contra o Egito, Síria e Jordânia, haveria de permitir a formação do moderno pensamento político sobre o Oriente Médio. Os acréscimos de simpatia internacional, de importância geoestratégica e de liderança auferidos por Israel haveriam de não somente transformá-lo no Estado líder da região, mas também de diminuir a influência soviética no Egito e na Síria, transcendendo, inclusive, a importância do Líbano como porta-voz do Oriente Médio, demonstrada pelo gerenciamento de grandes transferências de capital advindas da

Europa e Estados Unidos e por um notório equilíbrio religioso, com ênfase, entre as comunidades cristã maronita e muçumana.

A conquista das colinas de Golan, Cisjordânia, península do Sinai e Jerusalém oriental, no total de 68 000 km² trouxe drásticas conseqüências para os palestinos, pois mais de um milhão de habitantes das áreas recém-conquistadas passariam para o controle militar israelense, quebrando a resistência armada dos palestinos. Grande parte da massa de árabes palestinos instalou-se na margem oriental do rio Jordão, provocando, além de uma relativa perda de controle estatal, novas e sucessivas investidas bélicas de Israel na Jordânia e no sul do Líbano. As conseqüências imediatas foram a ascensão da OLP como legítima representante do movimento palestino e a brutal expulsão dos palestinos da Jordânia, em setembro de 1970, conhecida como *setembro negro*, levando Arafat, seu principal líder, a exilar-se na Tunísia.

O fortalecimento de Israel e a sua economia de guerra pesaram no equilíbrio de forças na Guerra Fria. Mais para a URSS do que para os EUA, que mesmo assim, não interromperiam as transferências de capital, equipamentos e tecnologia para Israel. Novamente, o não cumprimento da Resolução 242 da ONU por Israel, as dificuldades egípcias de controlar Suez e o distanciamento de uma solução para o problema palestino levariam o Egito e a Síria, sob cooperação militar soviética e apoiados, segundo Bard, pela Arábia Saudita, Argélia, Iraque, Kuwait, Líbia, Líbano, Marrocos e Sudão, a uma nova guerra, em outubro de 1973, a do Iom Kippur (*O Dia do Perdão*), que à primeira vista daria aos árabes vitórias, porém, com a intensificação da ajuda americana e recuo da URSS Israel sairia novamente vencedor.

Os impactos da nova paz negociada a partir de janeiro de 1974 favoreceriam o processo de distensão entre os EUA e a URSS, gerenciado por Kissinger. Por outro lado, daria início a um longo período de aumentos do preço do petróleo, trazendo para a causa palestina acenos da OPEP a serem transferidos como novas exigências para o Ocidente, principalmente no que dizia respeito à devolução de terras por Israel aos

palestinos. Além do mais, permitiu que Sadat dispensasse a cooperação militar soviética em 1976 e se aproximasse dos EUA, como uma estratégia de aproximação da paz com Israel e, por sua vez, permitiu a recuperação da península do Sinai e a ajuda financeira americana para a combalida economia egípcia. Vislumbrava-se que os efeitos dessa paz ainda poderiam permitir espaços para a inserção de novas exigências aos vencedores em prol da causa palestina.

A ascensão do democrata Jimmy Carter ao poder em 1976 permitiu a aproximação entre Egito e Israel, mediante a ocorrência de dois acontecimentos de grande importância da diplomacia de resultados imposta por Carter. O primeiro, a ida de Sadat à Jerusalém para discursar no Knesset e o outro, a assinatura dos acordos de paz de Camp David, por Sadat e Begin, em 1979. O Egito reconheceu o Estado de Israel, que em troca comprometeu-se retirar-se do deserto de Sinai. A partir de então Begin, originário do partido Likud, teria de enfrentar a reação dos grupos de direita protetores dos colonos judeus no Sinai formados para combater os recentes acordos de paz de Camp David. Os palestinos, novamente ausentes, continuariam, desde a Síria à Arábia Saudita, a ser considerados como o fator de desestabilização política do Oriente Médio.

Da intifada, ou seja, *o despertar da nação*, mediante revoltas populares iniciadas em 1987, a causa palestina teve sua discussão ampliada para além de seu epicentro, sendo transformada por Arafat numa grande ação diplomática. Em maio de 1989, em Paris, quando reconheceu o direito de existência do Estado de Israel, aceitava finalmente, a coexistência entre os Estados judeu e palestino, preconizada na Resolução 181 da ONU de 1947. Mas essa espontaneidade palestina seria ofuscada pela Guerra do Golfo Pérsico em 1990, pois os palestinos há longo tempo viam apoiando Hussein e, durante a guerra, Israel novamente ganharia simpatia internacional por não revidar os ataques iranianos apoiados por uma considerável massa palestina, fato que haveria de comprometer os ganhos políticos obtidos pelas intifadas na Faixa de Gaza e na Cisjordânia.

A partir de 1992, após a conferência de Madri, pela qual se buscava um novo acordo de paz, as tensões evoluem no Oriente Médio, inclusive no interior de Israel. Dessa feita a questão central era a crescente colonização judaica em áreas ocupadas, a suspensão pelos EUA de ajuda financeira e o surgimento da doutrina Peres-Rabin que expressava a necessidade da troca de terras pelo compromisso de paz. Em 1993, o democrata Clifton propiciaria um novo acordo de paz entre a recém-criada Autoridade Nacional da Palestina (ANP) e o Estado de Israel, que se comprometia em permitir um regime de autonomia relativa na Faixa de Gaza e em algumas cidades da Cisjordânia, devendo, em contrapartida, a ANP renunciar à idéia de destruição do Estado judeu, constante do estatuto da OLP. Aos signatários desse acordo, Arafat pela ANP, Rabin e Peres pelo Estado Israel, foi concedido o Prêmio Nobel da Paz de 1994, transladando para o presente a idéia da gradual instalação do Estado árabe na Palestina.

Entrementes, o retorno do Likud ao poder com Netanyahu, o assassinato de Rabin em novembro de 1995 por um judeu ortodoxo, a recusa do partido do governo em prosseguir com o processo de paz conforme os acordos Oslo I de 1994 e Oslo II de 1995 e o recrudescimento do terrorismo palestino haveriam de jactar para um futuro remoto a concretização do Estado palestino. Além do mais, a não alternância partidária em Israel haveria conduzir os falcões da direita liderados por Sharon ao poder, eliminando as

possibilidades da Doutrina Rabin-Peres, que preconizava também a troca de terras pelas intenções de paz, interferir na conquista da paz via coexistência de dois Estados na Palestina.

O Ocidente não deve e nem pode – como fez em relação à África – eximir-se politicamente da questão palestina. Tem a incontestável responsabilidade de promover o Estado palestino, sob pena de perpetuar um possível e ciclo de guerras de fratura, além do acatamento de um genocídio permitido. O prolongamento desse quadro desestabilizará a ordem política e moral internacional, além de transformar em abominável o futuro da região. Na Ásia Menor é possível a coexistência dos Estados Palestino e Judeu, aliás, como foi proposta por Gromyko e aprovada pela ONU, em 1947, infelizmente, por questões adversas, não concretizada.

Em síntese, cabe às nações político-economicamente organizadas a responsabilidade da pacificação do mundo árabe, da Palestina à Mesopotâmia, incluindo-se a África do Norte. Para tanto, elege-se como ponto de partida a concretização do Estado palestino com instituições fortes, democráticas e, ao mesmo tempo, inserido na ajuda econômica multilateralista. Alcançando-se essa etapa, alcançar-se-ia, também, uma forma de garantia de sobrevivência de posteriores gerações árabes e israelenses, que poderiam formar agentes responsáveis pela paz ausente há mais de 2000 anos e, finalmente, pelo equilíbrio político entre o Oriente e o Ocidente.



Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .

Um Novo Kerry?

Cristina Soreanu Pecequilo*

Nas últimas semanas da disputa presidencial americana, em especial a partir do encerramento da convenção republicana em Nova Iorque, pudemos observar uma aceleração da campanha de ambos os partidos pela Casa Branca. Tal aceleração ocorreu não só porque nos aproximamos do final da campanha em si, estando as eleições previstas para o dia 2 de Novembro, mas, principalmente, por uma maior intensificação das ações dos dois candidatos. Assim, ainda que em momentos diferentes, Bush e Kerry partiram para uma ofensiva aberta e direta, tentando elevar a mobilização das bases internas de seus partidos e convencer o eleitorado indeciso a votar.

Como analisado no artigo anterior publicado neste *site*, “Bush, o Iraque, Kerry e os Democratas” e em outros, a campanha presidencial americana no primeiro semestre de 2004 estava bastante apertada, prevalecendo um empate técnico entre os dois candidatos. Kerry, apesar de haver confirmado seu nome nas primárias democratas com uma certa antecedência, e de ter indicado John Edwards como seu vice, não conseguia abrir uma vantagem significativa sobre Bush. Bush, por sua vez, a despeito das constantes críticas a seu governo dentro e fora de casa, continuava sustentando sua posição, fazendo uso da questão do terrorismo para justificar a necessidade de um segundo mandato na Casa Branca. Neste cenário, para ambos, as convenções pareciam ser a primeira (e talvez última) chance de superar o impasse nas pesquisas e lançar suas campanhas de forma mais eficiente e decisiva.

Acompanhando o ciclo das convenções em Julho/Agosto, os democratas novamente não conseguiram em Boston canalizar mais votos dos democratas ou dos indecisos para Kerry.

Apresentando uma posição relativamente tímida para um partido que deseja retomar a presidência, a estratégia de colocar Kerry como um herói de guerra e íntegro, e Edwards, como um homem do povo, ambos capazes de renovar e reconciliar a América não funcionou. Ao longo da convenção, e mesmo depois dela, os democratas não foram hábeis em fixar uma mensagem para o eleitorado, seja em termos de política interna ou externa, mantendo o marasmo tradicional da campanha. Na prática, isso se refletiu na preservação do empate técnico nas pesquisas e na postura defensiva que se preservou em questões fundamentais como o Iraque. Evitando bater de frente com Bush, sem conseguir colocar o foco na agenda doméstica, os democratas revelaram uma posição frágil que se tornou alvo do contra ataque republicano em Nova Iorque.

Escolhida para ser a sede da convenção republicana justamente por ter sido palco dos atentados de 11/09, lembrando o país que hoje ele é vulnerável e se encontra em guerra permanente, Nova Iorque recebeu o grupo de Bush em meio a inúmeros protestos e manifestações. Todavia, apesar desta oposição local, os republicanos não abriram mão de reafirmar seus objetivos contra Hussein, o terror, suas posições em segurança e defesa nacional, oferecendo uma demonstração de força para seus adversários democratas. Os republicanos partiram para um contra ataque aberto, mostrando que enfrentavam na disputa pela Casa Branca um partido sem foco ou programa para a proteção dos EUA diante do terror.

E, como reflexo desta ausência de diretriz e firmeza, os democratas haviam escolhido um candidato fraco, cujas opiniões mudam de acordo com suas necessidades políticas e circunstâncias. Neste

* Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Professora de Relações Internacionais (UNIBERO) e Pesquisadora Associada NERINT/UFRGS. Este artigo foi finalizado em 22/09/2004.

sentido, dois aparentes trunfos democratas foram praticamente destruídos, a do herói de guerra do Vietnã e da reconciliação da América pela chapa John/John. Começando por este último ponto, os republicanos afirmaram que a desunião da América era apenas uma figura de retórica. Afinal, depois de 11/09 o país estava mais unido do que nunca e se os democratas não percebiam isto era porque, de fato, estavam distantes da realidade do país. Igualmente, como pode ser um herói de guerra um homem que, em meio ao auge do conflito, mudou de lado? Ou seja, como pode ser visto como um cidadão firme e comprometido um homem que primeiro defende uma guerra, mas depois se volta contra ela aderindo ao movimento pacifista?

Assim, tanto o discurso de aceitação de Bush da indicação, como de seu vice, Cheney, e de figuras importantes do partido republicano como Rudy Giuliani, John McCain e Arnold Schwarzenegger conseguiram fazer o que os democratas não tinham feito: trazer Kerry ao conhecimento do público, apresentá-lo nos termos republicanos, um homem de caráter desconhecido que não teria condições de pagar o preço necessário de liderar o país na guerra contra o terrorismo.

Por sua vez, Bush foi mostrado por estes oradores, e por ele mesmo, como uma pessoa simples, que comete erros de vez em quando, mas que, acima de tudo, está comprometido com a defesa do povo americano e a expansão da democracia no mundo. Isto é, um verdadeiro líder que tem a missão de conduzir a América e o sistema internacional a uma era de paz e estabilidade, ainda que as decisões e os meios para que estes objetivos possam ser atingidos não sejam consensuais ou fáceis.

Temas domésticos e polêmicos relativos à questão dos direitos civis, o alcance das reformas do “conservadorismo com compaixão” foram secundários, buscando esconder as verdadeiras intenções dos neoconservadores e projeto social (domínio da legislação, das cortes, reversão de medidas, etc...). Mais uma vez, Bush investiu em um discurso de moderação, afirmando que seu

conservadorismo não objetiva interferir nas escolhas pessoais dos americanos, o que se choca com a realidade: revisão do aborto e, neste mesmo discurso na convenção, de afirmar que continuará sua busca por uma emenda constitucional que impeça o casamento de pessoas do mesmo sexo.

Quase todas estas questões e paradoxos ficaram sem resposta do lado democrata, somente se expressando críticas amenas. Kerry e Edwards ao invés de discutirem as questões em si, Iraque, direitos, limitaram-se a afirmar que o caráter dos republicanos, especialmente de Bush e seu vice eram duvidosos. Os democratas revelavam falta de foco e energia. Parecia, desta forma, que os republicanos tinham razão: os democratas eram fracos e não responderiam à altura às ameaças aos EUA. Para piorar, um dos poucos nomes que se demonstravam capazes de mobilizar e motivar os democratas, o do ex-presidente Bill Clinton teve que se afastar da campanha devido a uma operação para a colocação de pontes de safena, aumentando ainda mais o vácuo de liderança liberal.

Diante desta eficiência da mensagem republicana, observamos a ofensiva de que falávamos no início do texto, que permitiu solidificar a candidatura Bush. Esta ofensiva produziu resultados imediatos e bastante satisfatórios: logo depois da convenção os republicanos abriram cerca de 11 pontos de vantagem sobre os democratas nas pesquisas eleitorais e tem conseguido sustentar esta diferença, mesmo depois de já ter passado o efeito imediato desta convenção. Na verdade, aqui temos observado uma situação interessante nos EUA, dependendo da pesquisa, Bush possui esta larga vantagem, em outras o empate técnico já voltou (ver dados do NYT).

Frente a esta situação, e faltando menos de dois meses para as eleições, os democratas somente começaram a partir para uma ofensiva real a partir da semana de 20 de Setembro. Clinton, mesmo afastado pessoalmente, indicou a John Kerry um novo *staff* para conduzir sua campanha, composto de estrategistas que foram os responsáveis por suas duas vitórias presidenciais (James Carville, Paul Begala,

Stanley Greenberg e Sasso, denominados por William Safire, colunista do NYT, de Clinton *heavy-hitters* são alguns dos nomes). E, aparentemente, estes *heavy-hitters*, que poderiam ser descritos como “especialistas em bater pesado”, já estão dando um novo perfil e foco à campanha de Kerry: um discurso firme e decisivo contra as ações de Bush no Iraque.

Sem se colocar como um pacifista, Kerry tem procurado assumir em suas mais recentes aparições públicas, particularmente em um encontro em Nova Iorque no dia 20/09 (*Speech at NYU*, disponível em www.johnkerry.com), uma posição contra a guerra de Bush. Neste sentido, a guerra do Iraque é contestada essencialmente na forma como foi conduzida inicialmente, sua justificativa, no que se refere ao resultado e encaminhamento das operações militares e da transição política, demonstrando que todas as escolhas da presidência republicana foram irresponsáveis.

Ao exacerbar o risco de Hussein, afirmando que ele possuía armas de destruição em massa, o que se provou inverídico, Bush manipulou informações e deu início a uma operação desastrosa e ineficiente. Com isso, os americanos passaram a combater o terrorismo de forma equivocada, deixando de lado ameaças até mais significativas do que o Iraque, como os programas nucleares do Irã e da Coreia do Norte, a desmontagem desorganizada do arsenal russo, além da elevada instabilidade no Afeganistão e o movimento paralelo de reorganização e refortalecimento da Al-Qaeda. Ou seja, Bush não estava lutando contra o inimigo real ao invadir o Iraque, país fraco e sem capacidade de contra atacar e projetar poder, mas sim contra uma imagem que desviou a América de seu verdadeiro foco. Segundo as palavras de Kerry, “Deixe-me dizer claramente: a política do presidente no Iraque não fortaleceu a nossa segurança nacional, mas a enfraqueceu.”

Igualmente, Bush levou os EUA a uma situação de isolamento internacional, perante seus aliados e organizações multilaterais, devido a sua postura belicista e até arrogante. Além disso, fez com que os EUA vivessem com a operação militar um impasse

em terra semelhante ao Vietnã que tem custado a vida de soldados americanos e civis iraquianos diariamente, também não se preocupando verdadeiramente com a reconstrução do país. Como solução para estes problemas, os EUA devem multilateralizar as iniciativas militares e políticas na região, voltando a trabalhar ao lado da ONU e de seus aliados, principalmente se reconciliando com nações da OTAN como França e Alemanha.

Adicionalmente, é preciso, realmente, investir na reconstrução do Iraque, de sua infraestrutura, da capacitação de forças de segurança locais, de um governo político legítimo, demonstrando ao povo iraquiano sua disposição em realmente estabelecer uma democracia. A força das armas, o caminho Bush, não tem surtido os efeitos esperados, legando um cenário de caos e violência, no qual a reconciliação parece ilusória, o que compromete não só os objetivos de segurança americanos como mencionado, mas a sua credibilidade. Assim, não somente os EUA precisam ajudar o Iraque a se reerguer, como também a se autonomizar, indicando a possibilidade de que as tropas americanas seriam retiradas gradualmente do país, na hipótese de uma vitória democrata.

Por fim, ainda nesta linha dura de atacar a *performance* de Bush, Kerry afirmou que o presidente tem continuado a mentir para a população, ao negar que a situação iraquiana esteja se deteriorando. Além disso, Bush também muda de posição ao ser confrontado com suas mentiras, tentando atribuir ao atual presidente uma das características que se deu a Kerry: o exemplo mais patente dessa atitude é a questão das armas de destruição em massa do Iraque. Depois de justificar a guerra por meio delas, e em sua ausência, Bush mesmo assim insiste que Hussein era um perigo e que continuaria sendo, ainda que só por sua presença. E, mais ainda, Bush reafirma que faria “tudo de novo”.

De acordo com Kerry, o cenário que Bush procura passar para a opinião pública (e isso pode ser facilmente percebido no próprio discurso de Bush na convenção e depois mais recentemente na abertura da Assembléia Geral da ONU), é totalmente diferente

da realidade. Na verdade, Bush, segundo os democratas, parece querer enganar a todos, incluindo a si mesmo, ao negar a instabilidade do Iraque, os avanços da Al-Qaeda renovada, ignorando, inclusive, relatórios das centrais de inteligência, das Forças Armadas em solo iraquiano, do Departamento de Estado, que a situação é crítica e se deteriora, com ramificações abrangentes para as tropas em solo iraquiano e a segurança dos EUA. Aparentemente, os únicos que defendem o “sucesso” do Iraque são Bush, Cheney e Rumsfeld, em dissonância com todos os demais.

Bastante forte, esta ofensiva de Kerry, pelo menos, pode tentar demonstrar que existe ainda um certo vigor do lado democrata e que o abatimento pós-convenção republicana estaria sendo superado. Porém, só poderemos medir o sucesso deste novo posicionamento nos próximos dias, praticamente no início de Outubro, quase faltando um mês para a eleição. Será que o público americano saberá

diferenciar entre a “Guerra de Bush” e a “Vida Real” como propõe Kerry, ao lado desta “Nova Forma de Combater o Terror”? Será que esse discurso será suficiente para, ao menos, mobilizar os democratas em torno de Kerry? Será que o novo Kerry recuperará terreno frente a Bush e a Nader?

Além disso, deve-se também aguardar os debates televisivos e de que forma Kerry lidará não só com os temas de campanha, mas também com sua falta de empatia, algo que Bush administra melhor com sua face simples e populista. Entretanto, como mencionado, uma vitória já se pode atribuir aos democratas: a de, mesmo pressionados, e num vácuo de carisma de suas lideranças, ter conseguido buscar um novo caminho para esta reta final de campanha. Pode ser que tenha sido tarde demais, pode ser que os efeitos não sejam os esperados, mas, de repente, pode ser que uma mensagem tenha sido encontrada. Afinal, se em 1992, “Era a Economia, Estúpido”, talvez, em 2004, seja “O Iraque!”.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Conselho Editorial: Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.

Diagramação e edit. eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – samueltabosa@ig.com.br

Terrorismo islâmico e insegurança internacional: o massacre de Beslan

Pio Penna Filho*

Foi em nome de Deus (para ser mais exato, de Alá) que os fundamentalistas islâmicos que atuaram no massacre de crianças e civis russo justificaram sua ação. O atentado ocorreu nada mais nada menos que numa escola em Beslan, na Ossétia do Norte, alvo escolhido para o último e mais ousado ataque de terroristas islâmicos. O lamentável e, acima de tudo, condenável ataque de independentistas tchetchenos e simpatizantes de sua causa contra uma escola russa coloca em evidência o quão explosivo e perigoso se torna a associação entre um movimento político que luta pela independência de um território e o fundamentalismo religioso islâmico, disposto a matar e morrer em nome de Alá ou de objetivos políticos por vezes incompreensíveis se analisados pela lógica racional do pensamento ocidental.

Após mais esta demonstração de terror levado a efeito não mais contra alvos militares ou de claro contorno político, os extremistas islâmicos estão demonstrando ao mundo que não há mais limites para a violência alimentada pelo ódio e supostamente amparada por Alá. Nesse sentido, há que se tocar diretamente na ferida e deixar de lado o discurso do “politicamente correto” relativo à tolerância religiosa, empregado por muitos analistas que não querem enxergar o fato de que talvez o principal foco do terrorismo internacional localiza-se, nos dias de hoje, na intolerância de parcela considerável dos fiéis radicais islâmicos instalados em todos os continentes.

De uma religião que pregava e executava na prática a tolerância para com aqueles que viviam em territórios dominados pela fé do crescente, o islamismo vem se tornando cada vez mais intolerante e odioso. O ataque, carregado de uma brutalidade

bestial a crianças, professores e pais indefesos (muitas das vítimas, principalmente as crianças, sequer foram reconhecidas pelos pais, haja vista que foram despedaçadas e completamente desfiguradas pelos explosivos e pelo pesado armamento utilizado na “operação”), é apenas mais uma, e certamente não a última, demonstração do descaso para com a vida que vem sendo praticada em nome de Alá. Como é bom lembrar, segundo depoimentos de alguns sobreviventes publicados pela imprensa internacional, os terroristas entraram na escola às carreiras gritando “*Allahu Akhbar*” (em árabe: Deus é Grande!)

Assim, é preciso reconhecer que o terrorismo já extrapolou todos os limites até então respeitados nas ações e lutas de caráter político, ideológico ou idealista. Não se trata, também, de uma ação isolada, reação à política de força executada pelos russos na Tchetchênia e em algumas outras áreas do Cáucaso. Basta lembrar que anos atrás radicais islâmicos palestinos também elegeram como alvo uma escola israelense. A *Al Qaeda* mirou, não em quartéis ou instalações militares norte-americanas ou da OTAN (que são muitas), mas sim nas torres gêmeas do *World Trade Center*, onde milhares de civis trabalhavam todos os dias. A Guerra nos Bálcãs, para a qual a mídia internacional somente deu destaque aos abusos e excessos cometidos pelos sérvios, foi outro palco no qual o extremismo islâmico, nesse caso pela ação dos bósnios-muçulmanos e voluntários árabes, demonstrou do que é capaz (os adversários eram degolados). Veja-se também o que acontece em partes da África onde impera o fundamentalismo e a intolerância islâmica: está aí Darfur, no Sudão, a servir como mais um exemplo do destempero e da ousadia

* Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Professor de História Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

contra a vida humana. As sessões filmadas de execução de reféns, sobretudo ocidentais, veiculadas pela internet, são outra demonstração da barbárie cometida em nome de Alá por degoladores de vidas, mesmo sabedores do quão inocentes são esses trabalhadores perante os atos de alguns déspotas ocidentais.

Em praticamente todas as fronteiras da expansão islâmica verificam-se conflitos. A imposição da *sharia*, lei religiosa a ser imposta a todos e, portanto, da intolerância religiosa, tem levado a sérios conflitos, primeiro no plano interno para, em seguida, desdobrar-se em problema internacional. Mesmo no interior de Estados notadamente islâmicos, verifica-se fenômeno parecido com a expansão do fundamentalismo. Na Argélia e no Egito, por exemplo, grupos fundamentalistas lutam contra o que entendem serem governos “laicos” demais. E em ambos os exemplos o grau de violência assumiu proporções elevadas e a prática do terror também foi aplicada, via de regra contra populações indefesas.

O que tem feito os diversos governos e autoridades islâmicas a respeito da atuação de grupos terroristas atuando em nome do Islã? Pouquíssimos países cujos governos representam populações que professam o islamismo se colocaram claramente contra o terrorismo fundamentalista, a não ser com vagas declarações de praxe à imprensa internacional. Aliás, é bom que se diga que esses grupos contam com uma espécie de cobertura não declarada por parte de alguns países islâmicos. É sabido, por exemplo, que a Arábia Saudita, apesar dos negócios petrolíferos, dos investimentos nos Estados Unidos e de sua aliança na guerra do Iraque, é um dos grandes financiadores da expansão global do islamismo, dentre elas a de grupos terroristas. Outro aspecto pouco divulgado é o apoio que a comunidade islâmica, principalmente árabe, presta a grupos rebeldes/terroristas islâmicos em áreas de conflito, em qualquer parte do mundo. De novo, faço alusão a dois exemplos: quem concedeu armamentos aos bósnios

muçulmanos na guerra dos Bálcãs? E quem vem sustentando as atividades dos rebeldes muçulmanos Tchetchenos em sua guerra contra a Rússia? Ora, armamentos não caem do céu, mesmo em nome de Alá, e é virtualmente impossível sustentar guerras como as citadas acima sem apoio internacional ou de grupos muito bem estruturados.

Moscou tem direito de reagir, assim como os americanos reagiram ao 11 de setembro. A guerra na Tchetchênia ainda será longa, mas a mão pesada de Moscou está agora mais justificada do que nunca para desencadear uma nova onda de violência contra populações indefesas e que pouco tem a ver com a fúria insensata dos fundamentalistas que barbarizaram as crianças e os civis russos. Esse é um dos efeitos mais danosos que a ação desses grupos provoca. A reação acaba sendo tão violenta como sua ação geradora, mas sem nunca resolver o problema, como tem sido a intervenção americana no Afeganistão e a ação de Israel ao longo de praticamente toda a sua existência nos territórios palestinos ocupados.

A decadência moral da parte podre do Islã certamente trará ainda muita instabilidade política e insegurança no cenário internacional. Muito embora seja improvável que venha a ocorrer algum tipo de união política declarada, ou aliança, entre governantes de países islâmicos, está cada vez mais evidente que grupos terroristas estão atuando em rede, ou pelo menos em colaboração, intercambiando informações e trocando experiências do terror. Ademais, cada ação, cada martírio, provoca inspiração em outros grupos, boa parte deles estimulados pela concepção da *jihad* islâmica. Somente condenar a política externa de George Bush não resolve o problema. Os norte-americanos, com sua ação unilateral e imperial, por si sós não servem como explicação para o renovado fundamentalismo islâmico. A última ação que vimos nada tem a ver com os Estados Unidos ou com Israel. Isso só vem demonstrar que o problema do terrorismo, ou melhor, do fundamentalismo islâmico, é muito mais complexo.

